

Henrique Savonitti Miranda

LICITAÇÕES
E CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS

LEI Nº 8.666/1993

A
ALUMNUS

2012

Miranda, Henrique Savonitti

Licitações e contratos administrativos: Lei nº 8.666/1993 – teoria & questões / Henrique Savonitti Miranda. – Brasília : Alumnus, 2012.

356 p.; 15,6 x 22,8 cm.

ISBN 978-85-65295-07-9

I. Direito Administrativo. II. Licitações. III. Contratos.

CDU342.9 : 351.712

© 2012, Alumnus, uma editora do grupo LeYa.

Diretoria Editorial: Engels Rego e Antonio Geraldo Pinto M. Junior

Gerente Editorial: Mariana Carvalho

Editoria e Produção Editorial: Maria Neves

Colaboração editorial: Jarlan de Brito

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: M&B Serviços Editoriais

Revisão: Dinalva Fernandes da Rocha

Capa: (Projeto gráfico, criação e ilustração): MSDE / Manu Santos Design Estratégico

www.alumnus.leya.com.br

853513

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 – TEORIA GERAL DAS LICITAÇÕES.....	19
1. CONCEITO.....	19
2. OBRIGATORIEDADE DE LICITAÇÃO.....	19
2.1 Alcance do imperativo constitucional que obriga a realização de licitações públicas.....	21
2.2 Conselhos de fiscalização de profissões	22
2.2.1 A Ordem dos Advogados do Brasil	23
3. COMPETÊNCIA LEGIFERANTE	24
4. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	25
5. FINALIDADES	26
6. PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO.....	27
6.1 Princípio da legalidade	27
6.2 Princípio da impessoalidade.....	28
6.3 Princípio da isonomia.....	29
6.3.1 Participação de cooperativas em licitações públicas	30
6.4 Princípio da publicidade	32
6.5 Princípios da moralidade e da probidade administrativa.....	32
6.6 Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	33
6.7 Princípio do julgamento objetivo.....	33
6.7.1 Critério de desempate em favor de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas	35
6.7.2 Possibilidade de se estabelecer margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.	36
6.8 Princípio da adjudicação compulsória	39
6.9 Princípio do devido processo legal e ampla defesa.....	40
6.10 Princípio da eficiência	41
7. PRESSUPOSTOS DA LICITAÇÃO.....	41
7.1 Pressuposto lógico da licitação.....	42
7.2 Pressuposto jurídico da licitação.....	42
7.3 Pressuposto fático da licitação.....	42
EXERCÍCIOS	43
GABARITO	49

CAPÍTULO 2 – HIPÓTESES DE NÃO REALIZAÇÃO DO CERTAME LICITATÓRIO ...51

1. INTRODUÇÃO	51
2. DISPENSA DE LICITAÇÃO	52
2.1 Hipóteses de dispensa para alienações imobiliárias.....	52
2.1.1 Dação em pagamento	53
2.1.2 Doação	54
2.1.3 Permuta.....	55
2.1.4 Investidura.....	55
2.1.5 Venda a outro órgão ou a entidade da Administração Pública.....	56
2.1.6 Alienação de imóveis para atender a programas habitacionais de interesse social	56
2.1.7 Legitimação de posse, de concessão de título de propriedade ou de direito real de uso.....	57
2.1.8 Regularização fundiária de interesse social de imóveis comerciais..	58
2.1.9 Regularização fundiária de interesse social de terras públicas rurais da União na Amazônia Legal	58
2.2 Hipóteses de dispensa para alienações mobiliárias	59
2.2.1 Doação para fins e uso de interesse social.....	59
2.2.2 Permuta.....	60
2.2.3 Venda de ações por meio de bolsa de valores.....	60
2.2.4 Venda de títulos	60
2.2.5 Venda de bens produzidos ou comercializados pela Administração Pública	61
2.2.6 Venda de materiais e equipamentos sem utilização previsível.....	61
3. DISPENSABILIDADE DE LICITAÇÃO	62
3.1 Obras e serviços de engenharia de pequeno valor.....	64
3.2 Serviços e compras de pequeno valor.....	65
3.3 Guerra ou grave perturbação da ordem.....	66
3.4 Emergência ou calamidade pública	67
3.5 Desinteresse por licitação anterior.....	68
3.6 Intervenção, pela União, no domínio econômico.....	69
3.7 Propostas com preços manifestamente superiores aos praticados pelo mercado	69
3.8 Operação entre pessoa pública e entidade pública	70
3.9 Comprometimento da segurança nacional.....	71
3.10 Compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento de finalidades precípuas da Administração Pública	72
3.11 Contratação de remanescente de obra, ou serviço, ou fornecimento	73
3.12 Compra de hortifrutigranjeiros, pão e gêneros perecíveis	74
3.13 Contratação de instituição brasileira voltada à pesquisa, ao ensino e ao desenvolvimento nacional ou de instituição dedicada à recuperação social do preso	75
3.14 Aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional.....	76
3.15 Aquisição e restauração de obras de arte e objetos históricos.....	77

3.16 Impressão de Diário Oficial, de formulários padronizados e de edições técnicas e prestação de serviços de informática	78
3.17 Aquisição de componentes ou peças originais	79
3.18 Compras e serviços para o abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas e tropas	80
3.19 Compra de material pelas Forças Armadas para manter a padronização exigida pelo apoio logístico	81
3.20 Contratação de associação de portadores de deficiência física	81
3.21 Aquisição de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica	82
3.22 Fornecimento ou suprimento de energia elétrica	82
3.23 Contratação entre empresas governamentais e suas subsidiárias e controladas	83
3.24 Contratação de serviços com organizações sociais	84
3.25 Transferência de tecnologia e licenciamento de direito de criação protegida	86
3.26 Celebração de contrato de programa para a prestação de serviços públicos de forma associada	87
3.27 Contratação de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo Poder Público como catadores de materiais recicláveis	88
3.28 Fornecimento de bens e serviços que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional	88
3.29 Aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das forças singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior	89
3.30 Contratação visando à prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Pronater	90
3.31 Contratações que incentivem à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo	91
4. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	93
4.1 Contratação com fornecedor exclusivo	94
4.2 Contratação de serviços de empresas ou de profissionais de notória especialização	95
4.3 Contratação de artistas consagrados	97
EXERCÍCIOS	98
GABARITO	113

CAPÍTULO 3 – MODALIDADES TRADICIONAIS DE LICITAÇÃO

1. INTRODUÇÃO	115
2. DEFINIÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E O PROBLEMA DO FRACIONAMENTO DE DESPESAS	116
3. CONCORRÊNCIA	118
3.1 Audiência prévia	119
3.2 Universalidade da concorrência	119

3.3	Concorrência para a realização de Parcerias Público-Privadas (PPPs)	120
3.3.1	Diretrizes.....	120
3.3.2	Prazo e investimentos.....	121
3.3.3	Comprometimento orçamentário.....	121
3.3.4	Fase interna.....	122
3.3.5	Fase externa	123
4.	TOMADA DE PREÇOS.....	124
4.1	Registros cadastrais.....	125
5.	CONVITE.....	127
5.1	Benefícios aplicáveis às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas.	128
6.	CONCURSO	129
7.	LEILÃO	130
7.1	Leilão do Programa Nacional de Desestatização (PND)	131
8.	AS COMPRAS E O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	133
8.1	Compras	133
8.2	Sistema de Registro de Preços (SRP)	133
	EXERCÍCIOS	136
	GABARITO	149

CAPÍTULO 4 – PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

1.	INTRODUÇÃO	151
2.	EDITAL	151
2.1	Ampla publicidade.....	154
2.2	Prazos mínimos.....	155
3.	HABILITAÇÃO.....	157
3.1	Idoneidade dos licitantes.....	159
3.2	Comissão de licitação	159
3.3	Requisitos para habilitação	160
3.3.1	Habilitação jurídica	161
3.3.2	Regularidade fiscal e trabalhista.....	161
3.3.2.1	Benefícios aplicáveis às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas	162
3.3.3	Qualificação técnica.....	164
3.3.4	Qualificação econômico-financeira	165
3.3.5	Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal	167
4.	JULGAMENTO	167
4.1	Tipos de licitação	168
4.1.1	Melhor preço.....	168
4.1.1.1	Proposta manifestamente inexequível	169
4.1.1.2	Critério de desempate em favor das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas.....	170
4.1.2	Melhor técnica	170
4.1.3	Melhor técnica e preço.....	172
4.1.4	Maior lance ou oferta.....	172

5. HOMOLOGAÇÃO.....	173
6. ADJUDICAÇÃO.....	174
7. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO	174
8. RECURSO, REPRESENTAÇÃO E PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO	176
EXERCÍCIOS	177
GABARITO	188

CAPÍTULO 5 – PREGÃO..... 189

1. INTRODUÇÃO	189
2. PROBLEMAS DA RESTRIÇÃO INICIAL DA APLICABILIDADE DO PREGÃO À ÓRBITA FEDERAL	190
3. OBRIGATORIEDADE DE UTILIZAÇÃO DO PREGÃO.....	191
4. CONCEITO DE PREGÃO	192
5. BEM OU SERVIÇO COMUM.....	193
5.1 Utilização do pregão para obras e serviços de engenharia	194
5.2 Utilização do pregão para a aquisição de equipamentos de informática.....	195
6. PREGOEIRO	197
7. PREGÃO PRESENCIAL.....	198
7.1 Fase interna.....	198
7.2 Fase externa.....	199
7.2.1 Edital.....	199
7.2.2 Julgamento e limitação ao oferecimento de contrapropostas.....	200
7.2.2.1 Critério de desempate em favor das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas.....	201
7.2.3 Habilitação	202
7.2.3.1 Benefícios aplicáveis às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas	203
7.2.4 Adjudicação.....	204
7.2.5 Homologação.....	204
7.3 Recursos	204
8. PREGÃO ELETRÔNICO	206
8.1 Fase interna.....	206
8.2 Fase externa.....	208
8.3 Segurança da licitação	210
EXERCÍCIOS	212
GABARITO	216

CAPÍTULO 6 – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....217

1. CONCEITO.....	217
2. CARACTERÍSTICAS.....	218
3. FORMALIZAÇÃO	219
3.1 Cláusulas necessárias	220
3.2 Aprovação da assessoria jurídica.....	221
3.3 Previsão orçamentária e financeira.....	223

3.4	Garantias	223
3.5	Publicação do extrato do contrato	224
4.	PRAZO DE VIGÊNCIA DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	225
5.	EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E CLÁUSULAS EXORBITANTES	226
5.1	Direito de acompanhamento.....	227
5.2	Alteração dos contratos administrativos	228
5.3	Acréscimos e supressões	229
5.4	Restrições ao uso da <i>exceptio non adimpleti contractus</i>	230
5.5	Responsabilidade pela inexecução dos contratos	232
5.6	Recebimento do objeto	234
6.	EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	237
6.1	Reajustamento de preços e tarifas.....	237
6.2	Repactuação.....	238
6.3	Cláusulas <i>rebus sic stantibus</i> e <i>pacta sunt servanda</i>	240
6.4	Fato do príncipe e fato da administração	240
6.5	Caso fortuito e força maior.....	242
7.	EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO EM RAZÃO DE UM FATO..	242
8.	EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO EM RAZÃO DE UM ATO..	243
8.1	Rescisão por ato unilateral e escrito	244
8.2	Rescisão por acordo	244
8.3	Rescisão contenciosa.....	245
9.	RESCISÃO SEM CULPA DO CONTRATADO.....	246
10.	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	246
11.	CONTRATOS EM ESPÉCIE.....	247
11.1	Contrato de obra pública.....	248
11.2	Contrato de serviço.....	248
11.3	Contrato de fornecimento.....	249
11.4	Contrato de concessão de serviço público.....	249
11.5	Contrato de concessão de uso de bem público	250
11.6	Contrato de concessão de obra pública.....	250
11.7	Contrato de gestão	251
11.8	Contrato de concessão patrocinada	251
11.9	Contrato de concessão administrativa	252
11.10	Contrato de programa.....	252
	EXERCÍCIOS	255
	GABARITO	286
	CAPÍTULO 7 – LEGISLAÇÃO.....	287
	LEI Nº 8.666/1993	287
	LEI Nº 10.520/2002.....	344
	REFERÊNCIAS	349